

# Intenções, questionamentos e ocaso do assistencialismo patronal açucareiro. Tucumán (Argentina) durante a primeira metade do século XX\*

Intentions, questions and decline of the sugar business welfare. Tucumán (Argentina) during the first half of the 20th century

Florencia Gutierrez\*\*

**Resumo:** Desde o final do século XIX, os empresários açucareiros do norte da Argentina promoveram políticas assistencialistas destinadas aos trabalhadores dos engenhos açucareiros, que foram desafiadas por múltiplos atores e demandas. Este artigo, ao se situar na primeira metade do século XX, recupera os diversos sentidos e intenções assumidos pelo assistencialismo empresarial e se detém, principalmente, na primeira década peronista para explorar os atores que impulsaram seus maiores questionamentos e moldaram seu declínio definitivo. A título de hipótese, argumenta-se que o avanço sindical sem precedentes e a intensidade assumida pela presença regulatória do Estado durante o peronismo colocaram em xeque a concepção privada do mercado de trabalho nos engenhos açucareiros e estimularam demandas que desafiaram, com diferentes sentidos e expectativas, a trama assistencialista.

**Palavras-chave:** assistencialismo patronal; indústria açucareira; Tucumán.

**Abstract:** Since the end of the 19th century, the sugar entrepreneurs of the north of Argentina promoted welfare policies aimed at the workers of the mills, which were challenged by multiple actors and demands. This article, set in the first half of the twentieth century, recovers the

\* Este artigo foi elaborado no âmbito de projetos de pesquisa “El mundo del trabajo: actores, condiciones socio-laborales y derechos. Tucumán, siglos XIX y XX”, Consejo de Ciencia y Técnica de la Universidad Nacional de Tucumán y “Mediadores, redes sociales y cambio político. Los pueblos azucareros de Tucumán durante el primer peronismo (1943-1955)”, financiado pelo Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

\*\* Doutora em História pelo El Colegio de México. Investigadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) no Instituto Superior de Estudios Sociales. E-mail: florenciagutierrezb@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8659-0598>.

various meanings and intentions assumed by business welfare and stops, especially in the first Peronist decade to explore the actors who prompted its greatest questions and shaped its definitive decline. As a hypothesis, it is argued that the unprecedented union advancement and the intensity assumed by the regulatory presence of the State during Peronism put the private conception of the labour market in the sugar mills in check and encouraged demands that challenged, with different senses and expectations, the welfare plot.

**Keywords:** business welfare; sugar industry; Tucumán.

**A**SSISTENCIALISMO, auxílio social ou ação de amparo foram termos utilizados pelos empresários açucareiros do norte argentino para definir as “iniciativas de aperfeiçoamento material, moral e intelectual”.<sup>1</sup> promovidas por eles mesmos a favor dos operários dos engenhos.<sup>2</sup> Assim, em um livro promocional publicado em 1943, os industriais argumentavam que nas cidades açucareiras os serviços hospitalares, o pagamento da educação nas escolas, a concessão de moradia aos trabalhadores, a entrega de alimentos durante o recesso da colheita, a multiplicação de salas de espetáculo, quadras esportivas, cinemas a céu aberto e escolas de artes e ofícios responderam ao seu “alto sentimento de humanidade e justiça social, sem os cálculos que obedecem às iniciativas de cunho eleitoral e elogio às massas sociais”.<sup>3</sup>

Poucos meses após essa publicação, o assistencialismo empresarial atenderia a sua interpelação mais difícil e iniciaria seu declínio final. Um dos atores mais determinados a impulsionar essa construção foram os sindicatos que, desde o final de 1943 e pela primeira vez, conseguiram ser fundados pelos 26 engenhos de Tucumán, processo incentivado pelas autoridades trabalhistas do golpe de Estado de 1943 e estimulado pelas demandas históricas e que postergou os esforços de organização da classe trabalhadora açucareira.<sup>4</sup> Articulados

1 Nota de tradução: o artigo original tem o título de *Intenciones, cuestionamientos y eclipse del asistencialismo empresarial azucarero. Tucumán durante la primera mitad del siglo XX* e foi traduzido ao português por Luisa Müller Cardoso. Neste texto, todas as vezes em que um trecho aparece entre aspas em forma de citação, ressaltamos que o mesmo foi traduzido por nós do idioma original espanhol ao português. Portanto, a tradução é livre e nossa, e não retirada de uma edição já traduzida. As indicações de fontes dos originais em espanhol estão devidamente sinalizadas em notas de rodapé de acordo com as normas desta publicação.

2 Nota de tradução: neste texto, optou-se pela palavra *engenho* para designar o termo em espanhol *ingenio*. O contexto histórico argentino, mais especificamente relacionado a Tucumán, de produção e exploração do açúcar, é diferente do brasileiro, portanto, os conceitos de engenho de açúcar são bastante distintos. No caso desta análise, o conceito de *ingenio* trata de uma propriedade privada que envolve não apenas a fábrica de açúcar (a usina em si), mas também as plantações de cana-de-açúcar e toda a infraestrutura que serve a esse complexo. O *ingenio* está integrado a um conjunto de serviços vinculados à esfera da reprodução. Nesse sentido, dentro da categoria de *ingenio* também aludimos ao conjunto de residências (da patronal, dos seus colaboradores e da família operária) e aos âmbitos vinculados à satisfação de necessidades (assistência médica, escolas, refeitórios, distribuidores de alimentos e provisões) e o uso do tempo livre (clubes esportivos). Tudo isso localiza-se dentro das mediações da fábrica açucareira. Fique claro, portanto, que neste texto, o termo *engenho* refere-se a esse contingente que cabe ao termo *ingenio* no contexto argentino.

3 CENTRO AZUCARERO ARGENTINO. **Asistencia social en la industria azucarera**. Buenos Aires: Establecimiento Gráfico Ferrari Hermanos, 1943.

4 O golpe de Estado de junho de 1943, que derrubou o presidente Ramón Castillo, posicionou Juan Domingo Perón no *Departamento Nacional de Trabajo*, o qual, em novembro daquele ano, se transformaria na *Secretaría de Trabajo y Previsión*. Em 1946 foi eleito como presidente da nação, cargo que ocuparia ao longo de dois mandatos e que terminaria abruptamente com um golpe de Estado em setembro de 1955.

pelos sindicatos, os questionamentos do assistencialismo se multiplicaram por meio de petições, greves e se fizeram ouvir nas assembleias. Assim, um ano após a publicação do livro, em uma de suas primeiras assembleias sindicais, os dirigentes do engenho Bella Vista alertaram os trabalhadores que poderiam renunciar ao “clube da bola” e evitar o desconto salarial feito pelos empregadores. No mês seguinte, em outra assembleia, se questionaram sobre com qual finalidade o dono do engenho havia fundado “o refeitório popular”, que decidia “que ele alimentaria os filhos de seus operários”.<sup>5</sup> Nesse mesmo ano, o sindicato do engenho Concepción submeteu ao secretário do Trabalho e da Previdência Juan Domingo Perón uma petição para denunciar as condições de moradia dos trabalhadores, definidas como “simples cabanas de pequenas proporções e nas quais convivem famílias numerosas”.<sup>6</sup>

Poucos anos depois, a essa interpelação sindical específica que, engenho por engenho, desafiou os empresários e questionou refeitórios populares, clubes de futebol e condições de moradia dos operários, se somou a investida do primeiro governador peronista Carlos Domínguez (1946-1950) e uma Assembleia Legislativa provincial que, com a presença operária, procurou transformar a assistência médica e a moradia, duas dimensões fundamentais da assistência social, em obrigações do empregador.

Ora, analisar a política assistencialista açucareira supõe recuperar um conjunto de políticas empresariais em que é possível reconhecer várias temporalidades, ênfases e intenções, na medida em que sua implementação foi moldada não apenas pelos interesses patronais, mas também por múltiplas demandas e interpelações que, nos anos de 1940, finalmente acarretaram em seu ocaso. Em linhas gerais, podemos apontar que as primeiras ações sociais, especialmente as habitacionais, estiveram atreladas à necessidade de reter e disciplinar a força de trabalho exigida pela ascensão agroindustrial do último quarto do século XIX no norte da Argentina, estratégia que imbricou a concepção privada e paternalista das relações de trabalho dos donos dos engenhos e na adesão, de muitos deles, ao catolicismo social.<sup>7</sup>

Progressivamente, e à medida que os problemas e interpelações associadas à emergência da questão social se fizeram presentes, os empresários começaram a reivindicar o assistencialismo como uma resposta eficaz para confrontar as denúncias dos reformadores sociais e combater os perigos que – encorajados especialmente pelo socialismo – ameaçavam erodir a tessitura da comunidade açucareira.<sup>8</sup> Já nas décadas de 1920 e 1930, diante do

5 SINDICATO OBRERO DEL INGENIO BELLA VISTA, Ingenio Bella Vista, Asamblea general, Acta n. 11, 30 may. 1944, Libro de Actas. p. 17 y Acta n. 21, 17 jun. 1944, p. 49.

6 Los 26 sindicatos adheridos a la Federación formulan las aspiraciones obreras. **Confederación General del Trabajo**, Buenos Aires, 16 sep. 1944, p. 9.

7 Os problemas vinculados à formação do mercado de trabalho e das estratégias do disciplinamento operário foram estudados por CAMPI, Daniel. **Trabajo, azúcar y coacción**. Tucumán en el horizonte latinoamericano (1856-1896). Rosario: Prohistoria Ediciones, 2020. A greve açucareira de 1904 e a influência do reformismo liberal e do catolicismo social na classe dirigente de Tucumán foi analisada por BRAVO, M. Celia. Liberales, socialistas, Iglesia y patrones frente a la situación de los trabajadores en Tucumán. En: SURIANO, Juan (comp.). **La cuestión social en Argentina, 1870-1943**. Buenos Aires: La Colmena, 2004. p. 31-61.

8 Retomamos a proposta de LENIS, María. **Empresarios del azúcar**. Corporaciones, política y discursos. Tucumán (1894-1923). Buenos Aires: Imago Mundi, 2016. p. 159. De toda forma, veja-se também BRAVO, María Celia; TEITELBAUM, Vanesa. Socialistas y católicos disputando el mundo los trabajadores. Protesta, sociabilidad y política en Tucumán (1895-1910). **Entrepasados**, Buenos Aires, n. 35, p. 67-87, 2009.

avanço do Estado no âmbito trabalhista, os empregadores apelaram ao assistencialismo para impedir a intervenção do Estado no mundo do trabalho e reafirmar a concepção do vínculo entre trabalhadores e empregadores como contrato celebrado de forma livre e privada entre partes iguais. Assim, o assistencialismo social foi recuperado para dismantelar as tentativas de legislar e promover direitos, enquanto os benefícios vinculados ao assistencialismo foram exaltados como expressão de um contrato livre que, no entanto, não ignorava a preocupação com as condições humanitárias sociolaborais.<sup>9</sup>

Essa tensa construção empresarial também foi impulsionada pelas demandas dos trabalhadores, reivindicações que encontraram um canal no anarquismo, no socialismo e, posteriormente, no comunismo. Esses esforços tiveram que enfrentar não apenas a resistência dos empregadores aos avanços da organização sindical, mas também a fraca intervenção das agências de trabalho, especialmente da Secretaria Provincial do Trabalho (DPT), cujas dificuldades de atravessar as portas dos engenhos, desde a sua fundação em 1917, eram recorrentes.<sup>10</sup>

O problema da assistência médica nos engenhos foi, talvez, a dimensão da ajuda social mais questionada e a que adquiriu maior relevância pública, por envolver, em 1925, a promulgação de uma lei que, incentivada pela bancada socialista, tornava obrigatório o que os patrões concebiam como um benefício. A legislação exigia que os empregadores tivessem enfermarias (com um certo número de leitos em relação ao contingente de mão de obra de cada fábrica) e uma sala de primeiros socorros dirigida por um médico com residência fixa no engenho. O destino da norma foi marcado pelo seu não cumprimento e as deficiências no cuidado com a saúde operária estimularam a articulação das queixas dos trabalhadores que ganharam visibilidade, em grande medida, pela imprensa.

Nesse contexto de preocupações, para que nos situemos na primeira metade do século XX e nos detenhamos principalmente na primeira década peronista (1943-1955), faz-se necessário recuperar um momento fundamental na interpelação do assistencialismo patronal açucareiro. Como hipótese, este texto sustenta que o avanço sindical sem precedentes e a intensidade assumida pela presença reguladora do Estado durante o peronismo colocaram

9 Remetemos a LANDABURU, Alejandra. **Los empresarios azucareros y la cuestión social**. Tucumán, 1904-1930. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Tucumán, Tucumán, 2014. LANDABURU; LENIS, María. Asociacionismo, empresarios azucareros y cuestión social en Tucumán: las huelgas azucareras, 1919-1923. *En*: CERDÁ, Juan; GUADARRAMA, Gloria; LORENZO, M. Dolores; MOREYRA, Beatriz (coord.). **El auxilio en las ciudades**. Instituciones, actores y modelos de protección social. Argentina y México. Siglos XIX y XX. México: El Colegio Mexiquense, A.C. y Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”, 2015. p. 429-456.

10 A greve geral de 1904 foi analisada por BRAVO, op. cit., p. 31-61 y las protestas obreras de 1919 y 1923 por LANDABURU; LENIS, op. cit. Para os anos 1930 remetemos a ULLIVARRI, María. Demandas de asistencia médica en los territorios azucareros. Tucumán en tiempos de entreguerras. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 861-898, 2016. Sobre o desempenho e questionamentos ao DPT em Tucumán, remetemos a LANDABURU, Alejandra. Los industriales y el Departamento Provincial del Trabajo ante el conflicto obreros de 1919 en Tucumán. *En*: LOBATO, Mirta; SURIANO, Juan. **Las instituciones laborales en la Argentina (1900-1955)**. Buenos Aires: Edhasa, 2013. pp. 85-104. ULLIVARRI, María. Trabajadores, Estado y derechos. El Departamento Provincial de Trabajo tucumano durante la década de 1930. *En*: LOBATO; SURIANO, op. cit., p. 155-176.

em xeque a concepção privada do mercado de trabalho dos engenhos, situação que contribuiu para a recuperação das reivindicações operárias que questionaram, com diversos sentidos e expectativas, a trama assistencialista. Nesse contexto renovado, os trabalhadores inscreveram suas demandas – principalmente as relacionadas à moradia e à assistência médica – em uma cisão imaginária e ambígua entre a concepção privada histórica, que colocava os patrões como fiadores das mesmas, e o avanço de uma noção que os localizava como direitos garantidos pelo Estado e apagava a responsabilidade empresarial.<sup>11</sup> Assim, numa conjuntura que deixava para trás a concepção das relações de trabalho como um contrato privado entre partes livres e iguais para postular a desigualdade intrínseca entre trabalhadores e empregadores, promovendo a intervenção estatal, a ajuda social recebeu interpelações que marcaram o seu declínio definitivo.

## O assistencialismo açucareiro: o uso promocional de uma política diversificada e de alcance diferenciado, primeiras décadas do século XX

A CONCEPÇÃO, implementação e promoção de políticas assistencialistas nos engenhos reconhecem o seu ponto de partida no final do século XIX, quando os empresários incentivaram iniciativas editoriais para defender a atividade açucareira contra os questionamentos públicos dos comerciantes livres, socialistas e radicais, que denunciavam a “artificialidade” de um agronegócio que precisava de barreiras alfandegárias para ser lucrativo.<sup>12</sup> A crítica implicava não apenas em denunciar um empresariado enriquecido às custas dos consumidores, mas também em questioná-la por não fazer com que os trabalhadores participassem dos benefícios da política protecionista.

Para contrariar as críticas, os empresários estimularam uma literatura promocional expressa, especialmente, na revista da corporação que os organizava – o Centro Açucareiro Argentino – *La Industria Azucarera*.<sup>13</sup> De acordo com a análise de María Lenis, esta intervenção promoveu a construção de um imaginário articulado ao redor da dimensão nacional de uma agroindústria que mobilizava e contratava grande quantidade de mão de obra – a qual chegava

11 Passando longe de noções presas a critérios de verdade ou invenção, recuperamos o conceito de imaginário como uma forma de ver e entender a realidade social que pretende legitimar percepções, moldar valores e promover práticas sociais.

12 Alternando a política de abstenção e de participação eleitoral com a liderança de movimentos revolucionários, a *Unión Cívica Radical* chegou ao poder em 1916, quando Hipólito Yrigoyen foi eleito presidente da nação. O radicalismo governou o país até 1930, ano em que um golpe de Estado derrubou Yrigoyen, que cumpria seu segundo mandato presidencial.

13 O *Centro Azucarero Argentino* foi criado pelos empresários do doce em 1894, como resposta ao novo rumo que o Poder Executivo nacional pretendia imprimir à política açucareira, especificamente, a revisão das leis aduaneiras e a alteração dos níveis de proteção da agroindústria. O impulso associativo inicial foi liderado por Miguel Nougués (proprietário do engenho San Pablo de Tucumán) e Ernesto Tornquist (proprietário da maior *holding* açucareira – *Compañía Azucarera Tucumana* – e da Refinaria Argentina). A iniciativa reuniu proprietários de engenhos, consignatários do Litoral, agentes introdutores de máquinas e financiadores. É importante destacar que, no final do século XIX, dos 49 engenhos que compunham o parque industrial argentino, 30 estavam localizados em Tucumán. Remetemos à pesquisa de LENIS, op. cit., p. 1-40.

de distintas províncias para a colheita –, era estimulada por capitais bancários extrarregionais e estimulava a chegada de tecnologia de ponta, condições que se referiam e não apenas endossavam a marca nacional e moderna, mas também civilizatória. Na configuração desse imaginário, a figura do *pioneer* não foi alheia ao sentimento humanitário. Pelo contrário, o assistencialismo empresarial se converteu numa dimensão crucial dessa construção coletiva.<sup>14</sup> Agora, a sensibilidade social promovida pelos industriais, que em muitos casos também foi endossada por sua adesão ao reformismo católico, teve múltiplas implicações e intenções. Talvez uma das mais proeminentes tenha surgido da necessidade de enfrentar as críticas ao protecionismo e evitar a intervenção do Estado no mundo do trabalho.

Nesse contexto de preocupações, ao longo da primeira metade do século XX, é possível identificar três conjunturas em que o assistencialismo foi recuperado e divulgado com o intuito de evitar a presença do Estado. O uso retórico da ação social nasceu no início do século para enfrentar as interpelações dos socialistas e reformadores sociais pelas condições sociolaborais dos trabalhadores açucareiros, especialmente, pela excessiva jornada de trabalho e pela falta de descanso dominical.<sup>15</sup> Em resposta, os empresários utilizaram a revista *La Industria Azucarera* para defender a persistência do “regime patriarcal, das relações pessoais e íntimas que existiam entre patrões e trabalhadores”, o que implicava, entre outras coisas, que os donos dos engenhos se preocupassem “pessoalmente com o bem-estar” dos trabalhadores. Nesse sentido, os “hospitais, escolas e outras instituições de caridade criadas e apoiadas exclusivamente pelos patrões” manifestaram o seu “espírito humanitário” e o “interesse pessoal pela sorte dos seus trabalhadores”.<sup>16</sup> Assim, nesse primeiro momento, é possível identificar a emergência de um discurso corporativo que, em um viés assistencialista, buscou refutar as críticas vinculadas à questão operária e se distanciar das questões que enfatizavam a falta de direitos trabalhistas, os quais tinham maior gravidade por se tratar de um agronegócio resguardado por políticas protecionistas.

Seguindo o estudo de Alejandra Landaburu, é possível identificar um segundo marco nos anos 1920 com a chegada do radicalismo ao poder e com a presença de um Estado mais decidido em avançar na esfera trabalhista. A criação do DPT (1917) e a promulgação de três importantes leis – a jornada de trabalho de oito horas, o salário mínimo para operários permanentes (1923) e a assistência médica obrigatória e gratuita nas fábricas (1925) – sintetizaram esse avanço estatal.<sup>17</sup>

14 Ibidem, p. 64-72.

15 Ibidem, p. 159-161.

16 Los obreros en los ingenios. *La Industria Azucarera*, Buenos Aires, n. 132, año XI, 2ª época, p. 243-244, 25 dic. 1913. Sem dúvida, um sugestivo contraponto ao assistencialismo açucareiro, cuja propriedade e gestão se concentravam nas mãos de uma só pessoa, constituía-se nos programas sociais que as grandes empresas modernas, como as ferrovias, implantaram no final do século XIX e início do século XX. De acordo com a análise de Silvana Palermo, o interesse dessas empresas no bem-estar de seus trabalhadores “requer conceituar, não como o legado de uma prática paternalista pré-industrial, mas como a novidade emergente de um sistema de remuneração extrassalarial desenhado por empresas tecnologicamente sofisticadas e inovadoras em termos de sua organização empresarial”. PALERMO, Silvana. Empresas ferroviárias, viviendas para trabajadores y cuestión social en la Argentina moderna (1890-1920). *H-industri@*, año 13, n. 25, p. 9, 2019.

17 Para os anos 1920, seguimos los estudios de LANDABURU, op. cit. LANDABURU; LENIS, op. cit.

Ao desentendimento gerado pelo avanço da legislação e da atuação do DPT, os empresários tiveram que somar o posicionamento do presidente da nação Hipólito Yrigoyen diante da questão açucareira, que focou sua política na regulamentação do preço do açúcar e na defesa dos interesses dos consumidores por meio de dois mecanismos: os alvarás de importação e a proibição de exportação de doces. E mais ainda, a essa frente complexa liderada pelo radicalismo, somaram-se as críticas dos socialistas, que não pararam de questionar a política protecionista do açúcar, que consideravam ter enriquecido consideravelmente alguns industriais, mas não havia “se derramado” sobre o conjunto dos trabalhadores.<sup>18</sup>

Interpelada por radicais e socialistas, a corporação empresarial açucareira recuperou o postulado assistencialista e, embora reconhecesse a diversidade das condições sociolaborais existentes nos engenhos, chamou atenção para as virtudes de muitos empresários que “levantaram escolas junto as suas fábricas, construindo salas higiênicas para o trabalhador e oferecendo-lhes distrações morais – teatros, cinematógrafos, campos de futebol etc. – a fim de mantê-los afastados da perniciosa bodega, com a habitual adição de jogos e álcool”.<sup>19</sup> Dessa maneira, utilizaram o assistencialismo para resistir à intervenção do Estado em matéria laboral e preservar a histórica concepção da relação trabalhista como um contrato celebrado de forma livre entre partes iguais. Assim, a ação de amparo se articulou como um contrapeso diante da intervenção estatal e do avanço das obrigações patronais, enquanto os benefícios sociais pretendiam refutar a necessidade da promulgação de leis operárias.<sup>20</sup>

Finalmente, é possível identificar um terceiro e último momento em torno da defesa ao assistencialismo.<sup>21</sup> Vamos nos deter nessa análise porque a consideramos a última reivindicação do assistencialismo empresarial, enquanto o avanço decisivo do Estado e a promulgação dos direitos açucareiros, promovidos desde o golpe de 1943 e ao longo da primeira década peronista, questionaram definitivamente a concepção privada e benfeitora do mundo trabalhista agroindustrial.

Assim, em 1943, em um clima marcado por um novo desafio para os empresários do doce, a corporação dos industriais dedicados a essa atividade publicou *Asistencia social en la industria azucarera*, um livro promocional que endossava o conceito assistencialista e que, no fim das contas, se tornaria a última justificativa pública dessa longa construção do senso empresarial. A publicação abre-se com um texto que resgata o impacto benéfico

18 LENIS, op. cit., p. 133-165.

19 **La Industria Azucarera**, Buenos Aires, n. 169, año XV, 2ª época, p. 40-41, ene. 1917. Citado em LENIS, op. cit., p. 161.

20 LANDABURU; LENIS, op. cit., p. 431.

21 O livro mencionado foi publicado em 1943, ainda que não saibamos exatamente em que mês. Esta imprecisão permite que se suponha que sua edição possa estar vinculada com duas situações. Por um lado, a campanha jornalística que, no começo de 1943 era liderada pelo jornal *La Unión*, questionou os serviços de assistência médica oferecidos nos engenhos. Mas, por outro lado, também é possível que a publicação tenha sido concebida como uma estratégia do empresariado diante da política trabalhista proporcionada pelo golpe de Estado de junho de 1943. Nesse sentido, e para além dessa ambiguidade, supomos que a marca promocional de *Asistencia social en la industria azucarera* ergueu-se como resposta corporativa às interpelações pelas condições sociolaborais da agroindústria e como recurso destinado a evitar a interferência do Estado nos engenhos.

da indústria no norte do país, cujos únicos responsáveis eram os empresários e não, como alguns apontaram, os “governos operários” ou os políticos de “tendências avançadas” (numa clara alusão ao radicalismo que encorajou as leis trabalhistas de 1923 e ao socialismo, promotor da lei de assistência médica em 1925). Nesse contexto de preocupações, o livro se debruça sobre o imaginário que, forjado desde o final do século XIX, enfatizava que o progresso promovido pela agroindústria passava dos limites da esfera estritamente trabalhista para envolver um conjunto de “iniciativas de melhoramento material, moral e intelectual” destinadas aos operários. Era sabido que

as fábricas prestam serviços hospitalares e de assistência gratuita faz 40 anos; que elas pagam pelo ensino que se oferece nas escolas dos respectivos povoados; que o operário conta com habitação material para sua família nos arredores das mesmas; que os engenhos distribuem alimento gratuito às famílias dos operários nos períodos de recesso das colheitas; que existem salas de espetáculos, campos esportivos, cinemas ao ar livre, escolas de artes e ofícios, bandas de música e palestras sobre temas sociais e de profilaxia nos engenhos.<sup>22</sup>

Nessa publicação, cada fábrica teve um espaço próprio para descrever e ilustrar, com inúmeras fotografias, a “ação social” prestada aos trabalhadores. Assim, por exemplo, o engenho San Pablo delineou os “benefícios” que seus empregados e operários recebiam gratuita e permanentemente, entre os quais um moderno hospital, a construção de banheiros públicos, a fundação do Clube dos Empregados e do Clube Deportivo San Pablo, a cessão gratuita de uma casa para operários e empregados, local para o funcionamento de quatro escolas e uma oficina de economia doméstica para as filhas dos operários, onde se ensinava artesanato, culinária e costura.<sup>23</sup> Esta última dimensão da ajuda social que integrava as mulheres também esteve presente na promoção do engenho Concepción, que preconizava a fundação de uma escola de artesanato que oferecia aulas gratuitas de costura.<sup>24</sup>

Essas políticas assistenciais – ao contribuir para a exclusão das mulheres do mundo fabril e reforçar a sua circunscrição ao âmbito doméstico – aprofundaram o seu compromisso com “o bem-estar das suas casas, bem-estar pelo qual elas eram responsáveis em seu papel como fiadoras do cuidado e da reprodução de suas famílias”.<sup>25</sup> Da mesma forma, nessas escolas, as esposas, filhas e irmãs dos trabalhadores fortaleceram o vínculo com o trabalho doméstico, uma das poucas alternativas de trabalho nas cidades açucareiras. Como lembra Lucía Mercado, vizinha do engenho Santa Lucía, a “independência econômica” das mulheres vinha da venda de alimentos; lavar e passar roupas para homens que moravam sozinhos; ser doméstica nas casas dos hierárquicos, na administração ou no hospital; serem cabeleireiras ou

22 CENTRO AZUCARERO ARGENTINO, op. cit., p. 45. (trad. nossa).

23 Ibidem, p. 58.

24 Ibidem, p. 24.

25 Essa noção, que decorre do trabalho pioneiro de Temma Kaplan, é recuperada por Andrea Andújar em seu estudo sobre os sentimentos de justiça e sobre a construção de direitos na comunidade petrolífera de Comodoro Rivadavia na década de 1930. Referimo-nos a ANDÚJAR, Andrea. La lucha por lo justo: un estudio sobre las huelgas petroleras de 1932 en Comodoro Rivadavia. *En*: ANDÚJAR, A. et al. **Vivir con lo justo**. Estudios de historia social del trabajo en perspectiva de género. Argentina, siglos XIX y XX. Rosario: Prohistoria, 2016, p. 125.

costureiras; ou irem trabalhar como “meninas” em Buenos Aires, uma distante capital a 1.200 quilômetros de Tucumán.<sup>26</sup> Assim, as escolas promovidas pelos empresários alimentavam não apenas a responsabilidade das mulheres na produção doméstica de sua própria casa, mas também na de terceiros.

Já no livro, as descrições promocionais (que constituem o cerne da publicação empresarial) foram intercaladas com editoriais sobre salários e jornadas de trabalho, informes oficiais sobre a situação operária e, principalmente, a transcrição das leis trabalhistas promulgadas na década de 1920.<sup>27</sup> Portanto, embora o livro tenha sido publicado para promover a dimensão assistencialista da indústria açucareira, não deixou de enfatizar a validade da legislação trabalhista, para concluir afirmando que “o trabalhador em fábricas e plantações não pode, portanto, desfrutar de uma situação mais satisfatória, tanto no ponto de vista dos cuidados que lhe são dispensados em prol de seu bem-estar moral e material, como no que se refere às condições vantajosas em que desempenha o seu trabalho”.<sup>28</sup>

Nesse sentido, nessa última demanda pública do assistencialismo, é possível perceber como a “ação social ou benéfica” do empresariado não se esquivava da validade da legislação trabalhista, embora a coloque em segundo plano. Assim, no início da década de 1940, a inclusão das leis operárias na publicação promocional é sugestiva na medida em que retorna a um imaginário onde a discricionariedade dos benefícios da previdência passou a ser combinada com as obrigações do empregador que eclodiram na década de 1920.

Ora, como mostra a literatura de propaganda desde o início do século XX, longe de construções unívocas, nos 26 engenhos de açúcar de Tucumán as concreções e os alcances do bem-estar empresarial foram múltiplos e seu impacto na classe trabalhadora teve alcance diferenciado. Assim, a desigualdade de qualidade e condições materiais das moradias e a diversidade dos serviços médicos prestados nas cidades açucareiras combinavam-se com a desigualdade sociolaboral dos seus destinatários e com a assimetria de acesso aos benefícios.

Nesse sentido, no início da década de 1940, os próprios empresários diferenciavam as moradias destinadas ao pessoal permanente do engenho, que permitiam uma vida “digna e higiênica”, daquelas concedidas ao peão de campo. Mesmo dentro desse amplo segmento, havia ainda diferenças entre as moradias dos peões permanentes, que, embora não fossem iguais às dos operários da fábrica, permitiam “bem-estar relativo”; e a dos trabalhadores da colheita, que trabalhavam entre 70 e 100 dias e eram de “tipo inferior aos demais”.<sup>29</sup> Neste último caso, as condições materiais das habitações eram lamentáveis e também variáveis:

26 MERCADO, Lucía. **El Gallo Negro**. Vida, pasión y muerte de un ingenio azucarero. Tucumán: Producciones Gráficas, 1999. p. 122.

27 As leis operárias transcritas foram as aprovadas em 1923, sobre a jornada de trabalho de oito horas e salário mínimo para operários, e a de 1925, sobre assistência médica nos engenhos.

28 CENTRO AZUCARERO ARGENTINO, op. cit., p. 180.

29 SCHLEH, Emilio. **Compilación legal sobre el azúcar**. Legislación nacional. t. XI. Buenos Aires: Establecimiento Gráfico Ferrari Hermanos, 1947. p. 234.

ranchos precários e improvisados feitos com o que restava das folhas da cana-de-açúcar, barracões sem divisórias e, no melhor dos casos, faixas de quartos unidas por uma área constituíam a moradia das famílias dos trabalhadores sazonais.

Desde o início do século XX, os trabalhadores permanentes habitaram casas de materiais mais duráveis (paredes de alvenaria de tijolo, telhado de telhas ou folhas de zinco e tijolos cozidos no chão), mas o projeto e a qualidade das construções variaram significativamente de um povoado para outro. Assim, alguns empregadores optavam pela habitação individual (um ou dois quartos, cozinha, área e sanitário independente), outros pelo tipo de moradia agrupada (composta por duas ou quatro unidades habitacionais que possuíam cozinha e área) e existiam aqueles que construíram moradias coletivas, também conhecidas como cortiços ou *conventillos* (aquelas que compreendiam entre seis e dez quartos dispostos ao longo de uma área, tinham cozinha e latrinas).<sup>30</sup>

Os critérios para designar uma habitação são difíceis de definir. O regulamento do engenho Santa Ana, elaborado em 1941, previa que as casas fossem concedidas em função do tempo que o operário trabalhava no engenho, do cargo que ocupava e do número de integrantes de sua família, variáveis que expressam não só as condições de acesso a este benefício, mas também mostram a instabilidade inerente à situação a qual a habitação operária foi submetida.<sup>31</sup> Em suma, à generalizável diferenciação do tipo de moradia com base na hierarquia sociotrabalhista, na antiguidade ou no número de pessoas, ainda foram acrescentados os desiguais investimentos e construções promovidos pelos empresários nos engenhos. Por fim, esse regulamento permite-nos explorar as implicações de gênero associadas a essa dimensão assistencialista, uma vez que o administrador premiava os trabalhadores que mantivessem suas casas higiênicas e em boas condições. Nesse sentido, para os empregadores, a responsabilidade pelo cuidado de suas casas recaía sobre a figura masculina, associação que endossava a noção de que a concessão e fruição do lar era um benefício temporário sujeito à persistência da relação laboral do operário com o engenho.<sup>32</sup>

A assistência médica também reconhecia diferenças sensíveis entre os engenhos, já que – no início dos anos 1940 – havia fábricas que tinham hospitais com residência permanente para o médico no engenho e leitos de internação – como o Hospital San Luis, que

30 PATERLINI DE KOCH, Olga. **Pueblos azucareros de Tucumán**. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1987. p. 87-89.

31 BRAVO, María Celia; SÁNCHEZ, Ignacio. Reglamentar la fábrica, controlar un pueblo. El ingenio Santa Ana como modelo del imaginario industrial (1941-1944). XI REUNIÓN ANUAL COMITÉ ACADÉMICO DE HISTORIA, REGIONES Y FRONTERAS ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES GRUPO MONTEVIDEO, Universidad Nacional del Nordeste, Resistencia, Argentina, en prensa.

32 Ibidem, p. 18. Várias pesquisas investigaram as implicações genéricas do assistencialismo patronal, entre elas, ANDÚJAR, Andrea. Comunidad obrera, género y políticas asistenciales: Comodoro Rivadavia, 1922-1932. Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda, Buenos Aires, año IV, n. 7, p. 59-78, 2015. VENEGAS VALDEBENITO, Hernán; MORALES BARRIENTOS, Diego. El despliegue del paternalismo industrial en la Compañía Minera e Industrial de Chile (1920-1940). **Historia Crítica**, n. 58, p. 117-136, 2015. KLUBOCK, Thomas. **Contested Communities**. Class, Gender and Politics in Chile's El Teniente Cooper Mine, 1904-1951. Durham: Duke University Press, 1988. p. 189-211.

funcionava no Bella Vista desde 1916. Outras fábricas – como a Santa Bárbara – possuíam sala de primeiros socorros e contratavam os serviços de um profissional que realizava visitas semanais; em alguns – como Ñuñorco – os operários eram encaminhados para um consultório médico de localidade mais próxima, no caso Monteros, e também houve os engenhos – como Leales – que improvisaram uma enfermaria numa pequena sala. Para além da diversidade dos serviços, o regulamento do Santa Ana nos remete à concepção central da assistência médica para o empresariado: tratava-se de um “ato de generosidade patronal” que posteriormente converteu-se numa “imposição legal” (em referência à lei de 1925), mas que na realidade era uma obrigação do Estado.<sup>33</sup>

À semelhança do que aconteceu com a habitação, o acesso ao serviço médico também foi diferenciado entre os operários e sulcadores, permanentes e temporários. Embora a possibilidade de ser visitado por um médico ou de ser tratado no hospital fosse, em princípio, estendida a todos os trabalhadores, certas condições dificultavam o acesso dos sulcadores aos serviços de saúde. A distância física entre as plantações e o hospital ou sala de primeiros socorros (por exemplo, a plantação de Caspinchango ficava a 25 km do engenho Bella Vista), a falta de meios de transporte para conduzir os doentes (nem todos os engenhos tinham ambulância) e as visitas esporádicas dos médicos a esses espaços foram agravadas com a chegada de trabalhadores temporários, centenas de famílias que, atraídas pela colheita, transformavam quantitativa e qualitativamente a vida nas colônias rurais e aprofundavam uma demanda por saúde que já não era satisfatória.

Em suma, a política assistencialista patronal açucareira foi uma longa construção de sentido de amplitude e concretizações materiais diferenciadas, mas unívoca em sua articulação corporativa e em suas consensuais intenções promocionais. Especialmente a partir da década de 1920, a assistência social nos engenhos de açúcar poderia ser definida como um mosaico constituído por um conjunto de cerca de 26 experiências amalgamadas com o intuito de fazer disso um dispositivo para evitar o avanço do Estado e dos direitos sociotrabalhistas no setor açucareiro. Como analisaremos a seguir, na década de 1940, essa construção foi trespassada de forma incisiva e definitiva e os protagonistas desse questionamento eram tão diversos quanto a própria trama assistencialista.

## **Ação social em debate: interpelações, tensões e limites, 1944-1955**

COMO SINLIZAMOS, para os empresários, o assistencialismo era indissociável da noção de benefícios discricionários atrelados à sobrevivência de um vínculo laboral concebido em termos de um contrato privado entre pares. Portanto, a rejeição de qualquer forma de intervenção do Estado era inerente a essa concepção. Dessa forma, os industriais defenderam a ajuda social nos engenhos como expressão de seus sentimentos humanitários e resistiram com sucesso às

33 Ibidem, p. 14.

tentativas legislativas que socialistas e radicais tentaram transformar em obrigações patronais nas décadas de 1920 e 1930.<sup>34</sup>

Com mais determinação do que nas décadas anteriores, as autoridades derivadas do golpe de Estado de 1943, e posteriormente do peronismo, desafiaram e acentuaram o universo assistencialista açucareiro. Desde 1944, e pela primeira vez, o Estado nacional avançou na concepção e implementação de uma regulamentação abrangente e nacional do setor açucareiro que, entre outras novidades, implicou a ampliação dos direitos trabalhistas (reconhecimento da situação trabalhista individual, pagamento do *aguinaldo*<sup>35</sup> e salário família, alteração das condições de acesso à modalidade de contratação mensal – ou seja, que recebiam um salário mensal propriamente dito –, entre outros).<sup>36</sup> O avanço desses direitos – promovido por meio de decretos presidenciais – foi entrelaçado com uma intervenção estatal mais decisiva e planejada para sua efetivação. Assim, o questionado *Departamento Provincial de Trabajo* transformado na *Delegación Regional de la Secretaría de Trabajo y Previsión* (DRSTyP) realizou uma ação ativa, especialmente disruptiva em espaços que, como os povoados açucareiros, resistiram com bastante sucesso à intervenção estatal. Pela primeira vez, através da STyP, “o Estado passou a centralizar, num órgão especializado, um conjunto de fontes para regular as relações capital-trabalho e para influenciar as condições de reprodução da força de trabalho”, transformação que implicou assumir o controle e o cumprimento da legislação sociotrabalhista e gestão do conflito trabalhador-empregador por meio de um sistema unificado de conciliação e arbitragem.<sup>37</sup>

Em Tucumán, a DRSTyP não só concentrou essas funções, mas também promoveu de forma decisiva a sindicalização açucareira, que tinha sido marcada por esforços de organização infrutíferos e intermitentes.<sup>38</sup> Engenho por engenho, desde finais de 1943, em cada um deles

34 Fazemos alusão à mencionada lei de assistência médica de 1925 e aos projetos de lei relativos à habitação dos operários açucareiros, que nunca chegaram a ser aprovados. Por exemplo, aquele formulado em 1920 que favorecia a desapropriação de terrenos em zonas próximas aos engenhos com o objetivo de criar vilas operárias, cujos lotes seriam atribuídos aos trabalhadores, que teriam cinco anos para pagar a propriedade. Em 1937, sem sucesso, um novo projeto voltou a ser apresentado, dirigido aos empregadores agrícolas, que teriam que construir moradias higiênicas e baratas para os trabalhadores por meio de empréstimos do Banco de la Provincia e da Caja Popular de Ahorros.

35 *Aguinaldo*, ou *sueldo anual complementario*, é um pagamento extra anual que corresponde a um salário. Equivale ao 13º salário no Brasil.

36 Desde o golpe de Estado de 1943 e ao longo da primeira década peronista, a presença tutelar do Estado nacional e sua intenção de desenhar uma política integral para o agronegócio, assim como um regime de salários e direitos para os trabalhadores e empregados açucareiros, foram especificados através da promulgação de decretos presidenciais. Para os trabalhadores, esse órgão legislativo implicou na fixação de salários, no reconhecimento de direitos como o acesso à *mensualización* (tipo de pagamento mensal e recorrente ao qual uma minoria de trabalhadores tinha acesso), à percentagem do nível por antiguidade e ao salário familiar, entre outros. SCHLEH, op. cit., p. 110-111.

37 LUCIANI, María Paula. Una propuesta para el estudio del área de Trabajo y Previsión del primer peronismo. Reflexiones de un proceso de investigación. **Estudios Sociales del Estado**, Rosario, v. 1, n. 1, p. 250, 2015.

38 Em termos de organização do trabalho, a expressão sindical mais importante dos anos 1930 foi a fundação da *Unión General de Trabajadores de la Industria Azucarera* (1935) que, ligada ao socialismo, sobreviveu até 1942. Porém, o objetivo de constituir uma organização de segundo grau não se concretizou pela impossibilidade de multiplicar a fundação de sindicatos pelos 26 engenhos, situação que se combinou com uma postura institucional “reticente em declarar greves ou em realizar ações diretas”. Referimo-nos a ULLIVARRI, María. Sindicatos en la ‘capital del azúcar’. Organización y lucha en el mundo del trabajo de la provincia de Tucumán (Argentina), 1930-1943. **Historia Agraria**, Murcia, n. 55, p. 101-133, 2011.

esse envolvimento possibilitou aos trabalhadores a concretização de um desejo tardio: fundar um sindicato em cada uma das 27 fábricas que constituíam o parque industrial de Tucumán, realização que se acentuou em maio de 1944, com a fundação da *Federação dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Tucumán (FOTIA)*, a primeira organização sindical de segundo grau desse ramo produtivo.

Essa complexa rede reguladora desafiou os empresários açucareiros, que presenciaram o avanço da legislação trabalhista, na ação de uma burocracia mais determinada a arrombar as portas dos engenhos em busca de seu cumprimento, a vertiginosa expansão sindical e, em uníssono, foram questionados em seu “sentimento humanitário” para tornar a ajuda social uma obrigação do empregador. No entanto, ao contrário do cunho nacional assumido pela regulamentação açucareira e das ações comandadas pela STyP, o apelo ao assistencialismo foi assumido por outros atores. Na primeira instância, as questões foram estimuladas, em cada um dos engenhos, por meio dos sindicatos de base, o que implicava resgatar as demandas históricas e os sentidos de justiça dos trabalhadores açucareiros e promover uma multiplicidade de negociações *in loco* com os empregadores. Essa dimensão de cunho local e sindical foi conjugada com a interpelação articulada a nível provincial pelo governador Carlos Domínguez (1946-1950), através de dois projetos de lei dirigidos ao cerne do assistencialismo, os quais converteram o Legislativo provincial – de composição maioritariamente operária – em um espaço de interpelação pública ao patronal açucareiro.

Um ponto de vista privilegiado para apreender o processo de contestação local é constituído pelas petições que os mais de 20 sindicatos apresentaram, em setembro de 1944, ao secretário de Trabalho e Previdência Social Juan D. Perón, que permitem examinar as demandas históricas dos operários em matéria de saúde e moradia nos engenhos, os sentidos atribuídos ao assistencialismo e os termos em que os novos sindicatos formulavam suas reivindicações.

O sindicato do Bella Vista especificou em sua petição que as casas construídas não eram apenas insuficientes, mas que ainda existiam “taperas incapazes de reparar seus moradores dos rigores da intemperie” e sob o rótulo de “assistência social”, eles se referiam às condições de cuidados de saúde delegadas apenas a “um médico e uma parteira”.<sup>39</sup> O sindicato do El Manantial denunciava que o engenho carecia de “serviços de assistência médica para os trabalhadores e suas famílias. Também não há serviço de obstetrícia, tendo que ir em todos os casos” aos hospitais provinciais.<sup>40</sup> Os trabalhadores do Santa Ana afirmaram que “o atendimento médico é totalmente deficiente, chegando ao caso de dois médicos atenderem até 190 pacientes em um dia”; e as casas “consistem em uma peça 5 x 5 que tem que servir de refeitório e quarto, e onde dormem até oito pessoas”.<sup>41</sup> Por sua vez, os operários

39 Os 26 sindicatos que aderiram à Federação formularam as aspirações operárias. **Confederación General del Trabajo**, Buenos Aires, 16 sep. 1944, p. 6.

40 *Ibidem*, p. 8.

41 *Ibidem*, p. 9.

do Manantial chamaram atenção ao fato de que “é criminoso que nunca se tenha ouvido falar da negligência dos empregadores em cuidar da saúde dos seus trabalhadores, homens, mulheres e crianças, que acumulam com o suor diário a riqueza que paga os seus luxos”.<sup>42</sup>

Podemos dizer, então, que a denúncia das condições da assistência médica e da moradia foi um denominador comum a todas as petições operárias. Quanto aos termos sobre os quais os trabalhadores moldaram suas demandas, é possível perceber a delegação da responsabilidade pela moradia e pela saúde dos trabalhadores exclusivamente à figura do empregador, fato que localiza suas demandas no histórico imaginário assistencialista e privado promovido pelo empresariado açucareiro. No entanto, a delegação unívoca dos sindicatos na patronal, que desafiou o seu autoproclamado sentimento humanitário e dispensou o envolvimento da responsabilidade estatal, não deixou de destacar que moradia e saúde eram direitos derivados da sua condição de trabalhadores açucareiros.

No entanto, a responsabilidade dos industriais em termos de saúde e habitação dos trabalhadores logo assumiria um aspecto tão sensível quanto definitivo. Essa transição começaria a ficar evidente quando o governador provincial Carlos Domínguez apresentou ao Legislativo provincial, em novembro de 1946, um projeto de lei que promovia a assistência médica gratuita e obrigatória em todos os estabelecimentos onde trabalhavam 200 ou mais pessoas e englobava todos os empregados, fossem permanentes ou temporários, incluindo suas famílias. A iniciativa, que envolvia diretamente os engenhos de açúcar, previa uma complexa infraestrutura hospitalar cuja construção e manutenção dos materiais (pagamento dos salários dos profissionais de saúde) era responsabilidade dos empresários. Os argumentos que motivaram a lei retomaram questões históricas: a lei de assistência médica de 1925 – transformada em “zombaria” pelo não cumprimento dos empresários – e a obrigação que pesava sobre uma indústria protegida que deveria responder a essa política e espalhar os benefícios sobre quem contribuía com seu trabalho para o engrandecimento da dita indústria.<sup>43</sup>

Nesse contexto, o Legislativo tornou-se um lugar fundamental para questionar os empresários e a política assistencialista. A presença majoritária dos trabalhadores implicava uma mudança disruptiva em um espaço que, acostumado à hegemonia industrial como era, havia suscitado poucos questionamentos sobre a dimensão social do agronegócio, e as levantadas (como a lei de assistência médica de 1925) foram violadas ou não alcançaram força de lei (como projetos de moradia para os operários). Em 1946, as intervenções dos trabalhadores na discussão do projeto tornaram-se denúncias públicas contra o empresariado e o sentido social da indústria. Por exemplo, o trabalhador Juan Antonio González, do Mercedes, afirmou que conhecia hospitais de engenho “que em apenas um corredor com quatro leitos, sem lençóis, cobertores ou mosquiteiros, faziam com que cada canto parecesse um quarto diferente”, não prescreviam receitas que ultrapassassem seis pesos e se alguém

42 Ibidem, p. 10.

43 MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA Y ASISTENCIA SOCIAL. **Antecedentes sobre las leyes 2.018-2.027-2.029-2.116.** Tucumán: 1948, p. 75-113.

precisasse de médico às 8 da manhã, este aparecia às 8 da noite, porque “o engenho não dá os meios de locomoção”.<sup>44</sup> Esta afirmação estava em sintonia com as expressões usadas pelo ministro da Saúde de Tucumán, o médico Alberto Navarro, que destacava que os empresários desejavam cumprir suas obrigações com um mínimo de gastos, “esquecendo-se dos deveres sociais elementares”.<sup>45</sup> Por fim, em 2 de janeiro de 1947, foi aprovada por unanimidade a Lei nº 2.018, que instituiu a assistência médica gratuita e obrigatória nos engenhos.

Em setembro do mesmo ano, Domínguez voltou a agitar a questão do assistencialismo ao apresentar ao Legislativo um projeto de habitação para trabalhadores dos engenhos que visava a cimentar a “democracia social”. A iniciativa detalhava o tipo de casas que os empregadores deveriam construir para seus empregados e operários de fábricas e plantações. O governador entendia que a iniciativa havia ultrapassado o direito de inviolabilidade doméstica proclamado pela democracia liberal porque protegia a moradia dos trabalhadores da “ameaça dos males derivados da miséria, das condições insalubres, da falta de higiene, da promiscuidade e da superlotação”.<sup>46</sup>

Ainda que de diferentes naturezas, os projetos apresentados tiveram resultados semelhantes, uma vez que, por razões diferentes, a intenção governamental de converter benefícios sociais em obrigações do empregador não prosperou. Ao contrário do projeto de assistência médica, o projeto de habitação não se transformou em lei, nem sequer foi discutido naquele ano, o que levou Domínguez a fazer uma nova (porém malsucedida) apresentação em 1948. Diante da promulgação da lei de assistência médica, os empresários invocaram a responsabilidade específica do Estado na assistência à saúde, “sem o prejuízo da cooperação” dos particulares e sugeriram a substituição da lei pela construção de policlínicas instaladas em locais adequados e estratégicos da província, as quais seriam dirigidas e administradas pelo Estado em conjunto com os sindicatos.<sup>47</sup>

Após tensas e públicas polêmicas entre empresários e governo provincial, a Secretaria Nacional de Saúde Pública interveio em definitivo ao apontar que o cuidado da população trabalhadora não podia ser delegado aos empresários, porque significava derivar “uma obrigação essencial para o poder público, que só fica com o poder de fiscalizar o que os indivíduos particulares realizam no campo da saúde pública”.<sup>48</sup> Essa declaração, para além da insistência do governador de Tucumán e de sua decisão de processar o descumprimento para proceder com a cobrança das multas previstas em lei, foi fundamental na resolução

44 TUCUMÁN: **Discusión de proyecto de ley de asistencia médica obligatoria y gratuita para empleados y obreros de establecimientos particulares**. Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados, 19 dic. 1946, p. 855-856.

45 MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA Y ASISTENCIA SOCIAL, op. cit., p. 68.

46 As casas deviam ter chão em mosaico ou ladrilho e paredes estucadas com camadas isolantes, ter ventilação e iluminação suficientes, cozinha higiênica, banheiro com espaço para tomar banho e sanitário, fossa séptica, água potável, eletricidade e dispor de um número suficiente de cômodos com capacidade de 22 m<sup>3</sup> por pessoa que o habite. Proyecto de ley sobre viviendas obreras en los ingenios de Tucumán. **La Industria Azucarera**, Buenos Aires, n. 647, t. 2, sep. 1947, p. 451.

47 Asistencia social planificada. **La Industria Azucarera**, Buenos Aires, n. 642, t. 1, p. 161, abr. 1947.

48 SCHLEH, Emilio. **Compilación legal sobre el azúcar. Legislación nacional**, t. XII, p. 105, 1950.

da polêmica que, ao definir a saúde do trabalhador como um direito garantido pelo Estado, liberou a comunidade empresarial do cumprimento da legislação.

A situação marcada pelo novo descumprimento da lei de assistência médica e a impossibilidade de discussão do projeto de moradia dos trabalhadores se confundia com a proclamação dos Direitos dos Trabalhadores, em fevereiro de 1947, que incorporava saúde e bem-estar (aos quais a moradia era inerente) como direitos garantidos pelo Estado. Essa proclamação não só deixava para trás a definição da moradia e da assistência médica como benefícios empresariais, mas também implicava em seu reconhecimento como responsabilidades do Estado. Recuperar as particularidades desse imaginário em transição permite compreender a dupla condição assumida pelas demandas sindicais durante o primeiro peronismo. Ou seja, convida a repassar as demandas feitas aos empregadores, cujas implicações vinculavam as concepções históricas do assistencialismo à renovada marca de um Estado transformado em “ordenador simbólico da experiência social e política”, novidade inseparável da “consagração de Perón como representante legal e carismático do ‘povo’ no Poder Executivo nacional”.<sup>49</sup>

Assim, a ambiguidade desse imaginário foi recuperada pelos trabalhadores, que capitalizaram os canais formais habilitados pela DRSTyP para reivindicar e negociar, município a município, benfeitorias relacionadas à moradia e à saúde com os patrões. Nesse sentido, nas petições apresentadas à administração do engenho e formalizadas perante a *Delegación Regional*, os sindicatos de base incorporaram demandas que se sobrepujam às questões estritamente trabalhistas com as específicas de moradia e assistência médica.

Por exemplo, por meio de um convênio, a administração do engenho Esperanza prometia contratar os serviços de um médico residente no engenho, fornecer medicamentos prescritos aos trabalhadores e autorizar sua compra quando não houvesse no hospital da fábrica, e concordou em continuar com a reforma das casas nas áreas indicadas na petição.<sup>50</sup> Do mesmo modo, os empregadores do engenho Nueva Baviera comprometeram-se a estender o serviço médico aos sábados à tarde e domingos e a tomar as medidas necessárias para torná-lo mais eficiente nos dias úteis. No tocante à moradia, foi acordado que os trabalhadores permanentes, aos quais o empregador não forneceu casas, receberiam 15 pesos por mês. Por sua vez, o sindicato açucareiro do engenho Santa Lucía assinou um acordo mediante o qual a administração concordou em continuar com o plano de construção de casas e contratar outro enfermeiro para o hospital.<sup>51</sup>

Assim, diante da impossibilidade de avanço legislativo, nos 26 engenhos, os sindicatos promoveram negociações *in loco* que expressam como “as condições de trabalho e as da vida material constituem uma unidade na experiência dos trabalhadores” e permitem ponderar

49 ACHA, Omar. **Crónica sentimental de la argentina peronista**. Sexo, inconsciente e ideología, 1945-1955. Buenos Aires: Prometeo, 2013. p. 279-280.

50 Obreros de Esperanza firmaron un convenio. **Trópico**, Tucumán, 23 ene. 1948.

51 Obreros del Santa Lucía firman un convenio. **Trópico**, Tucumán, 23 mar. 1948.

sobre o declínio do assistencialismo açucareiro. Nesse sentido, os sindicatos ressaltaram a construção da moradia e da saúde como benefícios discricionários, resgatando demandas históricas dos trabalhadores e sentimentos de responsabilidade empresarial que, atrelados à função social do protecionismo açucareiro, o peronismo provinciano tonificou desde o Legislativo. Dessa forma, os trabalhadores atualizaram as premissas de um imaginário social que, desde a década de 1920, buscava desvincular saúde e moradia da conotação de benefícios assistenciais para transformá-los em obrigações patronais.

Em unísono, trabalhadores e sindicatos recorreram a Perón para capitalizar o avanço estatal em matéria de saúde e habitação e formular reivindicações que entrelaçam os descumprimentos empresariais históricos com demandas que, em termos de direitos, deveriam ser garantidas pelo Estado. Em dezembro de 1951, o presidente da nação lançou através do rádio o *Segundo Plan Quinquenal*, ocasião em que fez um apelo especial aos sindicatos para que enviassem suas preocupações, as quais seriam avaliadas para se conseguir “uma distribuição racional e justa das obras”. As cartas enviadas à *Secretaría Legal y Técnica* da nação constituem um ponto de vista privilegiado para esmiuçar os significados e implicações das reivindicações dos trabalhadores feitas a Perón, que coexistiam com as reivindicações aos empregadores.

Nesse sentido, em suas missivas, os trabalhadores expressaram o sentimento de desapropriação e injustiças históricas ligadas à moradia e à assistência médica e responsabilizaram os industriais por essa situação. De Ranchillos, Ciriaco Gallardo, operário do engenho San Antonio, destacou que o patrão, “único dono de toda esta cidade e terras que abrigam todo este povoado”, estava vendendo as colônias e ia jogá-los “na rua”. Por isso, solicitavam a desapropriação de terras para “pegar um pequeno terreno para nós fazer uma plantação para poder viver um pouco tranquilos”.<sup>52</sup> O sindicato do San Pablo denunciou as “miseráveis cabanas e horríveis cortiços” em que viviam os trabalhadores, consequência “dolorosa do regime antissocial e cruelmente desumano” dos senhores chamados oligarcas. Como solução para este problema, pediram ao presidente da República uma declaração de utilidade pública e desapropriação de terras para construção de vilas operárias.<sup>53</sup> Os pedidos de desapropriação, como medida voltada para a solução do problema habitacional, se multiplicaram nas cartas enviadas a Perón e nos convidam a resgatar os sentimentos de justiça que, construídos pelos trabalhadores no calor da experiência assistencialista, foram alimentados pelos malsucedidos projetos legislativos promovidos na década de 1920 pelo radicalismo e em 1949 pelos senadores peronistas.<sup>54</sup>

52 Archivo General de la Nación - Intermedio (AGN-I). Secretaría Legal y Técnica. Carta de Ciriaco Gallardo al Presidente de la Nación. Caja 86, exp. 12.883, 12 dic. 1951.

53 AGN-I, Secretaría Legal y Técnica. Carta del sindicato obrero del ingenio San Pablo al Presidente de la Nación. Caja 145, exp. 16.075, 18 dic. 1951.

54 Em 1949, em uma conjuntura crítica marcada pela crise do açúcar e pelas demissões em massa, os senadores operários promoveram um projeto de lei que autorizava o Poder Executivo a confiscar ou desapropriar fábricas de açúcar em defesa da segurança no trabalho. Por fim, a intervenção do interventor do partido peronista impediu que o projeto fosse para a Câmara dos Deputados.

Diante do problema da saúde, o sindicato do engenho Mercedes enfatizou a necessidade de construir uma policlínica provincial apoiada pelos industriais, “sem que tal existência os isentasse da obrigação de prestar assistência médica gratuita aos trabalhadores”.<sup>55</sup> Desse modo, a noção de cuidado à saúde do trabalhador como obrigação patronal era indissociável do poder coercitivo do Estado, que atuaria no sentido de seu cumprimento. Outras demandas foram mais longe e aproveitaram a oportunidade proporcionada pelo presidente para denunciar o descumprimento da lei sanitária de 1947 e empurrar os limites da transformação peronista. Assim, a partir do engenho de Leales, sinalizaram ao presidente que “o atendimento médico é deficiente, também não tem remédios curativos bons, a maioria que usam são calmantes. O hospital é uma sala de primeiros socorros” e os empresários “faz pouco caso das leis provinciais 2.028 e 20.219 que *protege nós*”.<sup>56</sup> Essas denúncias foram articuladas para apoiar o pedido de nacionalização ou desapropriação do engenho, sem evitar denunciar o descumprimento da legislação sanitária que responsabilizava os industriais pela assistência à saúde.

Em suma, a situação analisada permite-nos retratar o declínio do assistencialismo açucareiro, a forma como o “sentimento humanitário” dos empresários foi definitivamente contestado durante a primeira década peronista por diversos atores e, por vezes, com significados contraditórios. Assim, a marca distributiva que o protecionismo açucareiro deveria assumir foi recuperada pelo governador e pelo Legislativo provincial para tentar, a partir de 1925, que os benefícios sociais discricionários nos engenhos passassem a ser obrigações do empregador. No entanto, enquanto o governo provincial delegava a assistência de saúde e de moradia aos empresários, houve um avanço nas transformações dos direitos trabalhistas em âmbito nacional, que, alentadas pelo Estado peronista, acabaram por esbarrar nas intenções do governo provincial. Nesse ambíguo campo de forças – acentuado pelas antigas concepções assistencialistas e pelo reposicionamento de um Estado que se colocava como fiador da moradia e da assistência médica –, os trabalhadores açucareiros articulavam demandas que contribuía para o declínio do assistencialismo patronal. Desse modo, o imaginário em torno da ajuda social construído desde o final do século XIX pelo empresariado foi estimulado e, por fim, corroído por um conjunto de atores e demandas que podemos localizar no cruzamento das experiências históricas e demandas postergadas dos trabalhadores e trabalhadoras, e o reposicionamento do Estado no que concerne à saúde e habitação.

## Considerações finais

O LIVRO *Asistencia social en los ingenios azucareros*, publicado em 1943, pode ser lido como a última e cristalizada expressão promocional do assistencialismo patronal no norte da

55 AGN-I, Secretaría Legal y Técnica. Carta del sindicato obrero del ingenio Mercedes al presidente de la Nación. Caja 119, exp. 16.145, 10 ene. 1952.

56 AGN-I, Secretaría Legal y Técnica. Carta de Anacleto Ortega al Presidente de la Nación. Caja 53, exp. 9.878, 25 ene. 1952.

Argentina. A publicação permite-nos apreender a dualidade intrínseca do assistencialismo: uma construção unívoca e corporativa na sua concepção, mas diversa nas suas intenções, concretização e alcance. Ou seja, uma pluralidade de formas de assistência que reconhecia tantas modulações como povoados açucareiros, cujo impacto diferenciava trabalhadores permanentes e temporários e adaptaram seus propósitos para enfrentar as interpelações que, desde o final do século XIX, questionavam o empresariado e o próprio funcionamento da indústria açucareira.

Nesse livro promocional, a inclusão subordinada da legislação laboral e o contraste entre as múltiplas fotografias de escolas, residências e hospitais, e a ausência de imagens que retratam os trabalhadores, podem ser lidos como uma previsão das profundas transformações que, no mesmo ano da sua publicação, promoveria o declínio da ajuda social. Com efeito, a indefinição dos trabalhadores seria revertida com a organização de uma série de sindicatos de base que, um ano depois, dariam origem à *Federación Obrera Tucumana de la Industria Azucarera (FOTIA)*. Por outro lado, a tímida legislação que o livro promocional inseria em suas páginas seria alterada com a promulgação de uma bateria de direitos sociais que o sindicalismo tentou aprofundar ao longo da primeira década peronista.

A ascensão sindical, o reconhecimento de múltiplos direitos e a maior atuação das agências de trabalho derrubaram a concepção privada das relações laborais defendida pelos empregadores e, nessa tríade, o assistencialismo perdeu um de seus sentidos norteadores desde os anos 1920: estabelecer-se como instância defensiva contra a intervenção do Estado no mundo do trabalho. Nesse contexto, os sindicatos foram os principais protagonistas do questionamento às políticas de ajuda social; cada um dos engenhos foi levantando petições e promovendo instâncias de negociação para conseguir melhores condições de moradia e assistência médica mais eficiente. Suas reivindicações estavam inscritas naquele ambíguo imaginário tensionado pelas reclamações aos empregadores – típicas da histórica concepção assistencialista forjada pelos patrões – e pelas demandas a um governo que proclamava a saúde e a moradia como direitos garantidos pelo Estado. Somam-se às demandas sindicais a interpelação do governador e um Legislativo provincial com presença majoritária de trabalhadores que – resgatando concepções históricas vinculadas às obrigações de uma comunidade empresarial amparada por políticas protecionistas – procuraram converter benefícios sociais discricionários em obrigações patronais. No entanto, as próprias transformações promovidas pelo peronismo marcaram o limite dessa reivindicação e selaram o desligamento definitivo do empresariado açucareiro em relação à saúde e à moradia do trabalhador, para depositar no Estado a obrigação de especificar esses direitos.

Recebido em 23/04/2021

Aprovado em 03/08/2021